

MUSEU NACIONAL DA RESISTÊNCIA E DA LIBERDADE CONTRIBUTOS DO CITCEM NO ÂMBITO DA CICAM

I. CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS

O CITCEM (Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória), integra, entre outras valências disciplinares, as de História e Património, incluindo a vertente de Museologia. É a partir destas valências que se posiciona face à Missão e às Funções atribuídas ao projeto do Museu Nacional da Resistência e Liberdade pelo despacho nº 998/2018.

Reunidos os elementos considerados pertinentes, e promovida uma reflexão sobre a Missão, Objetivos e Funções do Museu em constituição, entendeu a Comissão de Trabalho criada pelo CITCEM exprimir as seguintes considerações gerais:

1. Título do Museu: Afigura-se-nos que a designação de “Museu Nacional da Resistência” contém em si as valências previstas na Missão e Objetivos declarados.
2. Assumindo que o documento intitulado “Programa Museológico Preliminar” contém já um enunciado coerente e articulado de um Programa Museológico, a equipa parte deste documento, explicitando o seu entendimento face às Funções previstas para o Museu e face ao seu Programa Museológico.
3. Este documento foca-se, conforme solicitado, na narrativa que se entende dever assistir à definição de uma Exposição Permanente, subscrevendo, porém, que a Missão do Museu só poderá ser cumprida através das suas Funções de Educação, Investigação, Inventário e Criação de uma Coleção que alimente Exposições



Temporárias e outras Ações de Extensão para a Comunidade e para a Contemporaneidade.

4. Assumem-se as Memórias do Lugar (Forte de Peniche) e da Resistência como centrais para a produção de conteúdos (específico contributo em que este documento se centra).

II. ESTRATÉGIA NARRATIVA

1. Entende-se que se justificam dois circuitos/ itinerários paralelos, que não se devem (con)fundir: o que se foca no Lugar, o Forte de Peniche, através de referentes do seu historial, na longa duração, de preferência a ser narrada num espaço exterior e voltado para o exterior. A assunção é a de que, enquanto o espaço “Prisão” se articula com um espaço interior, de reclusão, os referentes do historial do Forte se articulam com um espaço exterior, nomeadamente a Costa e o Mar, numa interação que se deve acompanhar até à contemporaneidade, evidenciando as vivências e as valências do Lugar.
2. Propõe-se que se evite uma abordagem em que se debitam factos, datas e contextos, sem estabelecer uma proposta interpretativa, a qual só pode resultar de um fio cronológico que estabeleça relações dinâmicas entre o Lugar, as Memórias do Lugar, as Histórias Individuais e a História Nacional, sem esquecer o seu diálogo com a comunidade envolvente. A estratégia discursiva deve, pois, partir do Lugar, das Memórias, e articulá-los com os Contextos, numa linha discursiva que não deve separar os Contextos dos “Textos”. Neste sentido, entende-se que um fio narrativo diacrónico, focado em pontos-âncora (em histórias-âncora) é o mais apropriado para transmitir conteúdos e



mensagens complexas de uma forma simples e autoexplicativa: os contextos devem ser “chamados” pelos “textos”, as histórias de vida, os episódios e os temas-âncora da estratégia discursiva.

3. Neste sentido, a Prisão deve emergir logo no Primeiro Módulo Discursivo, e não no final de uma narrativa que conta a “História” sem se apoiar nas “histórias”. Neste sentido, o edifício não deve ser “apagado”, antes deve ser aproveitado, ao máximo, como objeto museológico de *per se*, e sempre que possível: os espaços das celas, do parlatório, do refeitório, as casamatas, mais do que entendidos como “Outros” devem ser entendidos como espaços nucleares que mobilizam temas e narrativas.
4. O Museu deve ser em si mesmo um repositório de Memórias, no plural, e estas, plurais (as dos presos, as dos habitantes de Peniche, as das famílias dos presos, incluindo adultos e crianças, as dos repressores – que contribuem também para contar a história da resistência à repressão) devem contribuir para a construção de um quadro articulado que transmita várias “histórias” que documentam a “História”. Neste domínio, para além das vozes que se ouvem nos documentos já produzidos, importa trazer as vozes de outras forças vivas que o foram também de resistência fora das prisões: a dos Movimentos Católicos, mobilizadores de vastas camadas da população, em especial a partir de inícios dos anos 60 (Pragma, Mojaf, Confronto, etc.); a de movimentos de solidariedade, como a Comissão Nacional Pró-Amnistia, a Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos, etc...
5. O Museu que agora se cria não deve ser “assético”, reduzido a um mero conjunto de textos explicativos. Pelo contrário, deve promover uma história sensorial e recriar ambientes (através, por exemplo dos sons do mar, dos sons



das colheres que batem nas paredes; dos sons da tortura; dos sons dos apelos e dos meios de comunicação entre presos; dos cheiros, da luz, da temperatura, ...). A reconstituição do quotidiano deve estar presente, e falar por si, e incomodar, e despertar emoções: é isso que liga a vida dos presos que preencheram o lugar, e as suas histórias, à vida daqueles que o visitam, e que devem sentir e refletir para além da visita. Para tanto, as memórias vividas dos presos políticos que incorporam a CICAM são de importância nuclear.

6. Há temas e áreas narrativas que não devem ser esquecidos. Ex: A prisão como espaço de escrita e de criação artística; como espaço de tensão; como espaço de solidariedade; como espaço de sofrimento e de outras resistências – as externas. Ex: a produção de folhas do “Avante” dentro da prisão.
7. O tópico das mulheres na Prisão não deve ser tratado como um tema à parte ou suplementar: a sua presença deve ser assinalada de forma paritária e evidenciar o seu papel, os seus papéis, num universo em que geralmente emergem como exceções e elementos isolados.
8. A Prisão de Peniche deve estabelecer claras articulações discursivas com outras prisões políticas, a saber, o Aljube, Caxias, António Maria Cardoso, Angra do Heroísmo e o Tarrafal, e firmar um “diálogo” com esses outros espaços e instituições, dessa forma contando também a história do sistema prisional do Salazarismo.
9. Não deve ser descurado o recurso a reconstituições virtuais (Ex.: das fugas) e a reconstituição de formas de vigilância, de secretismo, de comunicação proibida. O uso dos *media* digitais, dos audiovisuais, paralelos a reconstituições teatrais de episódios-chave (estas como complemento à Exposição) são tidos como essenciais para uma eficaz comunicação com as gerações mais jovens.

III. O MUSEU PARA ALÉM DO MUSEU

Entende-se dever deixar algumas reflexões/ recomendações, no que se refere à necessária articulação entre as funções do Museu, o seu planeamento arquitetónico e a “vida” do Museu, para além da Exposição Permanente.

1. Analisado o caderno de encargos e a descrição técnica subjacente ao Edital do Concurso para Arquitetura/ Museografia, afigura-se-nos que a área exigida pelos Serviços Educativos deveria ser mais ampla, nomeadamente considerada a sua proporção com a área de Investigação. O número de envolvidos em visitas de Escolas, por exemplo, e o tipo de atividades, de intervenção e interação direta, que por norma os Serviços Educativos exigem, assim o aconselha. Esse deve ser um espaço atrativo, dinâmico e de extrema versatilidade, em ordem a permitir uma constante renovação do plano de atividades.
2. No que se refere ao previsto Centro de Documentação, imaginamo-lo mais como um Centro de Memória, capaz de integrar materiais múltiplos: impressos, audiovisuais, mas em que deverão prevalecer réplicas, reproduções em suporte digital. Afigura-se-nos problemática a transferência de arquivos físicos para esse espaço, por questões de preservação de suportes tão díspares, e por questões de tutela e orgânica de fundos documentais. Sendo perfeitamente lícito selecionar materiais que venham a constituir um Arquivo de Memória, provindos de diversos Arquivos e Centros de Documentação (sem esquecer os disponibilizados pela Fundação Mário Soares), a desagregação de acervos arquivísticos (inevitável no caso de instalação de originais de forma seletiva) é

tida como contraproducente por qualquer política de gestão de documentação, partindo de regras arquivísticas nucleares, como são os princípios da Procedência e da Organicidade. Por outro lado, a opção por privilegiar os suportes digitais permitirá ampliar, substancialmente, o corpo documental disponível para investigação, e a diversidade de proveniências, sendo tecnicamente possível a sua reprodução nos diversos suportes, sempre que necessário, para as atividades do Museu.

3. Uma política ativa de Protocolos com as mais diversas entidades (públicas e privadas, incluindo as detentoras de arquivos familiares) resolveria a questão, com benefícios para uma gestão integrada da Memória, independentemente do seu suporte original. Isso resolveria, em simultâneo, problemas associados aos avultadíssimos custos de gestão de áreas de armazenamento, libertando espaço para outros fins, e à criação de condições técnicas indispensáveis à preservação de materiais tão díspares como o papel, o áudio, o vídeo, e o digital. Um servidor potente, com cópias de segurança, passível de ser alimentado remotamente, resolveria a questão, ao mesmo tempo que permitiria a disponibilização pública dessa memória, após um apurado trabalho de indexação de conteúdos, criando entradas de pesquisa confluentes com os objetivos e a missão do Museu. O conceito que aqui se submete é o de um Centro Virtual de Memória da Resistência.
4. Nesse Centro, parece-nos possível e desejável a constituição de um acervo bibliográfico, quer de obras de «Literatura da Resistência», incluindo obras de caráter memorialístico, quer de estudos sobre a Resistência e os dispositivos de repressão do Estado Novo, sempre em leitura comparativa com outras experiências ditatoriais.



5. Em consonância com o expresso em I. e II., deve ser dada absoluta prioridade à constituição imediata de uma equipa de especialistas em história e memória oral, formada por investigadores juniores e seniores, para recolha de memórias de todos os envolvidos no processo que se pretende documentar. Esse material deve ser objeto de recolha, tratamento e disponibilização imediata para o CICAM, colocando-o já ao serviço da preparação de conteúdos para a organização da Exposição Permanente. Este é Património que não se pode perder e uma mais valia para um programa museológico e interpretativo como o que assiste ao Museu Nacional da Resistência.
6. É de louvar a política de promoção de Investigação associada ao Museu, a qual pode ser promovida, em simultâneo, através de uma equipa técnica permanente, através da atribuição de Bolsas de Investigação, e através da abertura desse Centro de Pesquisa a investigadores estrangeiros. A língua portuguesa funcionaria aqui como potenciadora de relações de investigação colaborativa com o universo Lusófono, em particular com o Brasil e os PALOP. Esta orientação pode avançar, numa segunda fase, para o estabelecimento de relações de colaboração e intercâmbio com instituições similares europeias (na Alemanha, por exemplo) que poderão traduzir-se em iniciativas concretas, enriquecedoras da programação do Museu. O CITCEM tudo fará para contribuir, através dos seus investigadores, seniores e juniores, e das suas redes de investigação, para este desiderato.
7. No plano arquitetónico, como no plano orçamental, o Museu deve ser dotado de versatilidade suficiente para, para além de futuras exposições itinerantes, vir também a prever Colóquios, Seminários, Workshops, Eventos Artísticos (teatro,

dança, canto, escultura, pintura), inspirados e motivados pela temática – cujas projeções para a Contemporaneidade são óbvias e necessárias.

Porto, 8 de Março de 2018

Amélia Polónia

Gaspar Martins Pereira

Marzia Bruno

Teresa Soeiro